

LEI N.º 4.301/2021 DE 13 DE SETEMBRO DE 2021.

GERAL 815
Câmara Municipal
CACEQUI-RS
Prot. 02-474-21 Pag. 66
Data 14/09/21
[Assinatura] _____
Assinatura Hora

Estabelece normas gerais para concessão, permissão e autorização de transporte coletivo no Município de Cacequi e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CACEQUI-RS, através da sua Prefeita Ana Paula Mendes Machado Del Olmo, no uso de suas atribuições legais, forte no artigo 6º, inciso VI, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal,

Faço Saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

I.1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Os serviços de transporte coletivo nos limites do Município de Cacequi, serão prestadas diretamente pelo Poder Público Municipal ou mediante delegação, por particulares, pessoas jurídicas ou físicas, que demonstrem capacidade para sua exploração, por sua conta e risco, através de concessão, permissão ou outros meios legais, na forma estabelecida por esta lei.

§1º. Será delegado através de concessão, precedida de licitação na modalidade de concorrência, o serviço

de transporte coletivo por ônibus ou micro-ônibus, em linhas regulares já exploradas ou que tenham estudo de viabilidade econômica previamente definido pelo Município.

§ 2.º Será delegado através de permissão, precedida de licitação na modalidade concorrência ou tomada de preços, o serviço de transporte coletivo por lotação, em linhas já exploradas ou com estudo de viabilidade previamente definido pelo Município.

§ 3.º Será delegada por autorização ou outro meio legal a exploração de linha que envolva a zona rural ou distrital, além de novas linhas de transporte coletivo por ônibus, microônibus ou lotação, em caráter experimental, pelo prazo de até cento e vinte (120) dias, sempre que não houver estudo de viabilidade econômica antes estabelecido e para transporte de turismo, excursões ou transporte escolar dentro do território do Município.

Art.2.º Considera-se coletivo, o transporte regular operado através das seguintes categorias: ônibus, micro-ônibus e lotação.

Parágrafo Único - Compreende-se, para efeito deste artigo, como:

a) ÔNIBUS - o veículo que comporta mais de trinta (30) passageiros sentados, no qual poderá ser permitido o transporte de passageiros em pé, até o máximo de dez (10);

b) MICROONIBUS - o veículo que comporta menos de trinta (30) passageiros sentados, no qual não é permitido o transporte em pé;

c) LOTAÇÃO - o veículo que transporta, pelo menos oito (08) passageiros sentados, no qual não será permitido o transporte de passageiros em pé.

I.2 - DA CONCESSÃO E PERMISSÃO

Art. 3.º -A concessão, permissão de transporte coletivo será sempre precedida de ato administrativo que justifique a conveniência da outorga de licitação ou autorização direta.

§1.º - O ato administrativo de justificação de que trata o "caput" deverá ser publicado no órgão de imprensa oficial do Município e, necessariamente, conterá a descrição do objeto, a categoria do veículo, o prazo da concessão ou permissão e a justificativa da necessidade de exclusividade por razões de ordem técnica ou econômica, se for o caso.

§2.º - A concessão permissão se efetivará, após o julgamento das propostas, através de contrato, que deverá obedecer os termos desta Lei, da Lei de Licitações e suas alterações, o disposto no edital e demais normas pertinentes.

I.3 - DO CONTRATO

Art. 4º O contrato deverá ser celebrado com o vencedor da licitação no prazo de trinta (30) dias a partir do encerramento do processo seletivo.

Parágrafo único. O não comparecimento da empresa vencedora no prazo previsto, implicará na renúncia ao direito de contratar, devendo o Município contratar com as empresas remanescentes seguindo a ordem de classificação, observadas

as condições da 1 classificação. Mediante justificativa, o Município poderá, desde logo, realizar nova licitação.

Art. 5º - São cláusulas essenciais do contrato de concessão ou permissão as relativas:

I - no objeto, itinerário, prazo da delegação e a categoria do veículo;

II - ao modo, forma e condições de prestação do serviço;

III - aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do serviço;

IV - ao preço do serviço e aos critérios e procedimentos para o reajuste e a reviso das tarifas;

V - aos direitos, garantias e obrigações do poder delegante e da delegatária, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão do serviço e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

VI - aos direitos e deveres dos usuários em relação aos serviços a serem prestados;

VII - à forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução do serviço, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-la;

VIII - às penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita a delegatária e sua forma de aplicação;

IX - sujeição, por parte de delegatária, à fiscalização do Município e às suas normas;

X - a multa diária a que ficará sujeita a delegatária em casos de suspensão ou paralisação do serviço sem motivo justificável e sem consenso do Município;

XI - a responsabilidade civil que couber por transgressão de cláusula contratual:

XII - aos casos de extinção da delegação;

XIII - às condições para prorrogação do contrato;

XIV - aos critérios para cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à delegatária, quando for o caso;

XV - à obrigatoriedade, forma e periodicidade da demonstração de contas da delegatária ao Município;

XVI - a exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da delegatária;

XVII - ao foro e ao modo amigável de solução das divergências contratuais;

XVIII - aos casos de subconcessão ou subpermissão, quando for o caso.

Art. 6º - Incumbe a delegatária a execução dos serviços delegados. Cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao Município, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo Município exclua ou atenuie essa responsabilidade.

I.4 - DOS ENCARGOS DO MUNICÍPIO

Art. 7º - Compete ao Município:

I - regulamentar o serviço permitido e fiscalizar permanentemente sua prestação;

II - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

III - intervir na prestação do serviço, nos seguintes casos:

a) Quando a delegatária estiver cobrando preços da tabela;

b) Recusar o usuário sem motivo justificável;

c) Trafegar com excesso de lotação.

IV - extinguir concessão ou a permissão, nos casos previstos nesta Lei e na forma prevista no contrato;

V - homologar reajustes e proceder a revisão das tarifas na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato;

VI - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão ou permissão;

VII- zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até 30 (trinta) dias, das providências tomadas;

VIII - estimular o aumento da qualidade, produtividade dos serviços, preservação do meio ambiente e conservação dos veículos;

IX - incentivar a competitividade;

X - estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço.

Art. 8º - No exercício da fiscalização, o Município terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da delegatária.

Parágrafo Único - A fiscalização do serviço será feita por intermédio de órgão técnico do Município ou por entidade com ele conveniada e, periodicamente, conforme previsto em norma regulamentar, por comissão composta de representantes do poder delegante, da delegatária e dos usuários.

Art. 9º - O Município, na fiscalização do serviço, exercerá o poder de polícia, visando:

- a) assegurar serviço adequado, quanto à qualidade e à quantidade;
- b) verificar a necessidade de renovação ou melhoria dos veículos;
- c) verificar a estabilidade financeira da empresa.

I.5 - DOS ENCARGOS DA DELEGATÁRIA

Art. 10º - Incumbe a delegatária:

- I - prestar serviço adequado, na forma prevista nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;
- II - manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão ou permissão;
- III - prestar contas da gestão do serviço ao poder permitente aos usuários, nos termos definidos no contrato;
- IV - cumprir e fazer cumprir as normas de serviço e as cláusulas contratuais;

V - permitir, aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos bens destinados ao serviço, bem como a seus registros contábeis;

VI - zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente; e

VII - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.

Parágrafo Único - As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela delegatária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre terceiros contratados pela delegatária e o Município.

I.6 - DA POLÍTICA TARIFÁRIA

Art. 11º - A tarifa do serviço público delegado será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de reviso previstas nesta Lei, no edital e no contrato.

§1.º - A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior.

§2.º - A tarifa compreende o rateio do custo total do serviço entre os usuários pagantes e será calculada com base no número de passageiros transportados, na quilometragem percorrida e no custo quilométrico.

§3.º - O custo quilométrico corresponde ao somatório dos custos variáveis e custos fixos, a seguir discriminados:

I - Custos Variáveis:

- a) combustível;
- b) lubrificantes;
- c) rodagem;
- d) peças e acessórios.

II - Custos Fixos:

- a) custo de capital (depreciação e remuneração);
- b) despesas com pessoal;
- c) despesas administrativas.

§4.º - O custo total do serviço será composto pelo custo quilométrico acrescido dos seguintes tributos e encargos:

- a) ISSQN;
- b) Taxa de Vistoria.

§5.º - Os contratos poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.

§ 6.º - Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará na revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

§7.º - Havendo alteração nos elementos que compõem a prestação dos serviços e seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o Poder Público deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

§8.º - A delegatária do serviço deverá comprovar ao Município, com documentos hábeis, a influência da alteração na prestação dos serviços.

Art. 12º - As tarifas poderão ser diferenciadas em função do percurso utilizado pelo usuário, quando a delegação atingir itinerários interurbanos.

Art. 13º - Qualquer modificação no preço das passagens vigorará depois de aprovadas pelo Município e anunciada com antecedência mínima de dez (10) dias.

Parágrafo Único - A alteração das passagens será objeto de decreto do executivo.

I.7 - DA EXTINÇÃO DA DELEGAÇÃO

Art. 14º - Extingue-se a delegação por:

I - advento do termo contratual;

II - encampação

III - rescisão;

IV - anulação e

V - falência ou extinção da empresa delegatária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

Parágrafo Único - Extinta a delegação haverá a imediata assunção do serviço pelo poder delegante, procedendo-se aos levantamentos e avaliações necessários, se for o caso.

Art. 15º - Considera-se encampação a retomada do serviço pelo Poder Público durante o prazo da delegação, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização, fixada com base em laudo administrativo ou judicial.

Art. 16º - A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, de acordo com os motivos, a critério do poder

delegante, a declaração da rescisão da delegação ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste artigo e as normas convencionadas entre as partes.

§1.º - A rescisão da delegação poderá ser declarada pelo poder delegante quando:

I - O serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço.

II - a delegatária descumprir disposições legais ou regulamentares concernentes à delegação;

III - a delegatária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV - a delegatária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço permitido;

V - a delegatária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

VI - a delegatária não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação dos serviços;

VII - a delegatária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação, inclusive contribuições sociais; e

VIII - a delegatária transferir a delegação a terceiros sem autorização do Município.

§2.º - A declaração da rescisão unilateral da delegação deverá ser precedida da verificação da inadimplência

da delegatária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§3.º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à delegatária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no § 1.º deste artigo, assegurado prazo razoável para corrigir as falhas e transgressões apontadas, observados os termos contratuais.

§4.º - Comprovada a inadimplência, a rescisão será declarada por Decreto do poder delegante, independentemente de qualquer indenização.

§5.º - Declarada a rescisão, não resultará, para o poder delegante qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da delegatária.

Art. 17º - O contrato de delegação também poderá ser rescindido por iniciativa da delegatária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder delegante, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

Parágrafo Único - Na hipótese prevista no "caput" deste artigo, os serviços prestados pela delegatária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

Art. 18º - A delegação caducará se os serviços não forem iniciados no prazo de trinta (30) dias, a partir da data do ato que a deferir.

Parágrafo Único - Ocorrida a rescisão, nos termos deste artigo, a Administração Municipal, no interesse público,

poderá convocar os classificados remanescentes, na ordem de classificação na licitação para celebração do respectivo contrato, observadas as condições estabelecidas para o primeiro classificado.

I.8 - DA INTERVENÇÃO

Art. 19º - O poder delegante poderá intervir nos serviços delegados, com o fim de assegurar a adequação da prestação ao contrato, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

Parágrafo Único - A intervenção far-se-á por Decreto do poder delegante, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

Art. 20º - Declarada a intervenção, o poder delegante deverá, no prazo de trinta (30) dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

§1.º - Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à delegatária, sem prejuízo do seu direito à indenização.

§2.º - O procedimento administrativo a que se refere o "caput" deste artigo deverá ser concluído no prazo de até cento e oitenta (180) dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção.

Art. 21º - Cessada a intervenção, se não for extinta a delegação, a administração do serviço será devolvida à delegatária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

I.9 - DA AUTORIZAÇÃO

Art. 22º - Para o transporte de turismo, excursões internas ou excepcionalmente transporte escolar, o Município expedirá autorizações específicas para cada caso.

Art. 23º - O autorizado deverá estar licenciado junto ao Município, submeter-se à fiscalização municipal e obedecer ao disposto nesta Lei, exceto quanto a exigência de licitação previa.

Art. 24º - Considera-se transporte de turismo, ou excursões internas ou transporte escolar, o transporte de passageiros para pontos paisagísticos ou históricos, balneários, reuniões, bailes, festas, prática de esportes, estudos, frequência à escola em caso excepcional e assemelhados, no território do Município delegante.

Art. 25º - A outorga de autorização para exploração de linha nova de transporte coletivo, conforme previsto no artigo 1.º, § 3.º desta Lei, será sempre a tempo determinado, até a realização de licitação e obedecerá os seguintes requisitos.

I - será precedida de Edital de chamamento aos interessados, o qual conterá, no mínimo, os elementos previstos na legislação sobre licitações, a quilometragem percorrida no itinerário e critérios de julgamento das propostas.

II - a tarifa será estabelecida por decreto do poder executivo, e será calculada pela média das tarifas das linhas municipais de percurso similar;

III - a escolha do proponente vencedor dar-se-á através dos seguintes critérios:

a) o proponente deverá possuir em sua frota veículos disponíveis para a prestação dos serviços, sendo vencedor aquele que tiver:

- o maior número de veículos;
- possuir veículos de ano de fabricação mais recente;
- possuir veículos em melhores condições de trafegabilidade, assim determinada por laudo técnico a ser elaborado em vistoria realizada por comissão especialmente designada para esse fim.

b) em igualdade de condições entre os proponentes, será adotado o sorteio como forma de desempate.

§1.º - O delegatário deverá elaborar levantamentos mensais contendo o número de passageiros, com e sem direito à descontos, que utilizaram o serviço, inclusive por quilômetro, quando for o caso.

§2.º - Os levantamentos de que trata o Parágrafo anterior deverão ser encaminhados ao poder delegante mensalmente.

§3.º - A autorização de que trata este artigo será outorgada mediante termo ou ato administrativo (Decreto) em que serão estabelecidas as respectivas condições.

CAPITULO II

II.1 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26º - É assegurada a qualquer pessoa a obtenção de certidão sobre atos, contratos, decisões ou pareceres relativos à licitação ou às próprias delegações.

Art. 27º - Sem prejuízo do disposto na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I - receber serviço adequado;

II - receber do poder delegante e da delegatária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III - obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha, observadas as normas do poder delegante;

IV - levar ao conhecimento do Poder Público e da delegatária, as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

V - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela delegatária na prestação do serviço;

VI - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos ou particulares através dos quais lhe são prestados os serviços;

VII - cooperar com a fiscalização do Município.

Art. 28º - Toda delegação pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§1º - Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança,

atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

§2º - A atualidade compreende a modernidade do equipamento e da sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

§3º - Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança dos veículos;

II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

Art. 29º - Poderá ser admitida a subdelegação, nos termos previsto no contrato, desde que expressamente autorizado pelo Município.

Art. 30º - A transferência de permissão ou do controle societário da delegatária, sem prévia anuência do Município, implicará na rescisão da delegação.

Parágrafo Único - Para fins da anuência de que trata o "caput", o pretendente deverá: regularidade jurídica e fiscal à assunção do serviço;

I - atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal à assunção do serviço;

II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor;

III - garantir a continuidade da prestação dos serviços.

Art. 31º - Os veículos de transporte coletivo, antes de entrarem em serviço regular, serão revisados pelo Município quanto ao aspecto de segurança, conservação e comodidade aos usuários.

Parágrafo Único - A revisão de que trata este artigo poderá ser efetuada, no todo ou em parte, por oficina mecânica, indicada pelo Município, correndo a despesa correspondente por conta do interessado na exploração do serviço.

Art. 32º - Nenhum veículo a ser utilizado no cumprimento do contrato poderá ter mais de vinte e dois (22) anos de uso.

Parágrafo único - Veículos acima de 12 anos de idade deverão, a cada 06 (seis) meses, realizar laudo de vistoria de inspeção veicular.

Art. 33º - As delegações outorgadas anteriormente à entrada em vigor desta Lei consideram-se válidas pelo prazo fixado no contrato ou no ato de outorga, exceto aquelas outorgadas sem licitação prévia.

§1º - Vencido o prazo da delegação, o poder delegante procederá nova sua licitação, nos termos desta Lei.

§2º - As delegações em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive por força de legislação anterior, permanecerão válidas pelo prazo de cento e vinte (120) dias, a contar desta Lei, período este em que a administração deverá promover os levantamentos e avaliações necessárias que precederão a outorga das delegações que as substituirão.

Art. 34º - Todos os veículos deverão ter a indicação do ponto de partida e do terminal da linha, visível à distância de, pelo menos, 20 (vinte) metros durante o dia e deverão dispor de iluminação para que possa ser vista à noite, nos moldes estabelecidos pelo Município.

Art. 35º - Os veículos de um delegatário não poderão transitar em outros itinerários, conduzindo passageiros, salvo com autorização escrita do prefeito ou da autoridade para a qual for dada delegação de competência.

Art. 36º - As multas por falta de cumprimento das obrigações constantes da delegação poderão ser de 01 (um) a 100 (cem) vezes o VRM, dependendo da gravidade ou de reincidência, nos termos do Regulamento.

Art. 37º - A falta de cumprimento do estabelecido na delegação ou autorização, bem como do pagamento de multas, constitui motivo, a juízo do Município, para rescisão da mesma, independentemente de interpelação judicial ou de indenização.

CAPITULO III

III. 1 - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 38º - Os proprietários de veículos que na data desta Lei, estejam explorando serviço de transporte coletivo, deverão, dentro de cento e vinte (120) dias, regularizar a sua situação, de acordo com as normas desta Lei, salvo se tratar de delegação regulada em contrato com prazo determinado.

Parágrafo Único - Não satisfeita esta exigência, o Município fará cessar a atividade e publicará edital visando à exploração das respectivas linhas na forma desta Lei.

Art. 39º O Poder executivo regulamentará a presente Lei, no que couber no prazo de cento e vinte (120) dias.

Art. 40º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA, 13 DE SETEMBRO DE 2021.


ANA PAULA MACHADO DEL'OLMO
PREFEITA MUNICIPAL

Registre-se e publique-se.


LETÍCIA DA GRAÇA MOSSI COSTA
SECRETÁRIA ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO